

O Enquadre Analítico Greeniano: Um Campo de Forças do Intrapsíquico ao Intersubjetivo

The Greenian Analytical Framework: A Field of Forces from the Intrapsychic to the Intersubjective

El Encuadre Analítico Greeniano: Un Campo de Fuerzas del Intrapsíquico al Intersubjetivo

Le cadre analytique greenien : Un Champ de Forces de l'intrapsychique à l'intersubjectif

 10.5020/23590777.rs.v24i1.e12651

Pedro Marky-Sobral  

Psicólogo, mestrando em Psicologia Clínica pela Universidade de São Paulo (USP). Master 2 Recherche em Psicanálise e Estudos Pluridisciplinares pela Université Paris Diderot – Paris 7. Bolsista CAPES.

Daniel Kupermann  

Professor Associado do Departamento de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP), Bolsista do CNPq.

Resumo

O artigo propõe aprofundar a concepção de enquadre analítico segundo André Green, apostando na originalidade dos aportes do autor para o tema. Introduzimos a ideia do enquadre analítico como operador conceitual privilegiado para a articulação de formulações teóricas centrais da obra greeniana, tais como: estrutura enquadrante, enquadre interno do analista, pensamento clínico, dupla transferência, metapsicologia dos limites, figuras da terceiridade e funções objetualizante e desobjetualizante. Buscamos demonstrar que a noção de enquadre inevitavelmente condensa os aspectos intrapsíquicos e intersubjetivos que estão em jogo na relação analítica, contemplando a dinâmica pulsão-objeto. A partir do entendimento das condições fundamentais para a instalação do enquadre analítico e da matriz ativa, o psicanalista pode modificar os elementos variáveis do enquadre e optar pelo dispositivo clínico mais adaptado ao funcionamento psíquico do paciente. Em oposição à objetualização, que permite a construção do enquadre pela dupla analítica, identificamos que a ação da destrutividade muitas vezes se manifesta por meio de ataques dirigidos ao próprio enquadre, como na posição fóbica central e na síndrome da desertificação psíquica, dois quadros transferenciais característicos dos estados limites. Dessa forma, consideramos teoria clínica e metapsicologia indissociáveis na compreensão das circunstâncias que favorecem ou prejudicam o bom funcionamento do enquadre analítico, concluindo que o pensamento de André Green é uma importante referência nessa investigação.

Palavras-chave: psicanálise, enquadre analítico, pensamento clínico, função objetualizante, André Green

Abstract

The article proposes to deepen the conception of the analytical framework according to André Green, focusing on the originality of the author's contributions to the topic. We introduce the idea of the analytical framework as a privileged conceptual operator for the articulation of central theoretical formulations of Green's work, such as framing structure, internal framework of the analyst, clinical thinking, double transference, metapsychology of limits, figures of thirdness and objectizing and de-objectizing functions. We seek to demonstrate that the notion of frame inevitably condenses the intrapsychic and intersubjective aspects that are at play in the analytical relationship, contemplating the drive-object dynamic. From the understanding of the fundamental conditions for the installation of the analytical framework and the active matrix, the psychoanalyst can modify the variable elements of the framework and opt for the clinical device most adapted to the patient's psychic functioning. In opposition to objectification, which allows the construction of the frame by the analytical duo, we identify that the action of destructiveness often manifests itself through attacks directed at the frame itself, as in the central phobic position and the psychic desertification syndrome, two characteristic transference frames of the limit states.

In this way, we consider clinical theory and metapsychology to be inseparable in understanding the circumstances that favor or harm the good functioning of the analytical framework, concluding that André Green's thought is a relevant reference in this investigation.

Keywords: *psychoanalysis, analytical framework, clinical thinking, objectifying function, André Green*

Resumen

El artículo propone profundizar la concepción de encuadre analítico según André Green, apostando en la originalidad de los aportes del autor para el tema. Introducimos la idea del encuadre analítico como operador conceptual privilegiado para la articulación de formulaciones teóricas centrales de la obra greeniana, tales como: estructura de encuadre, encuadre interno del analista, pensamiento clínico, doble transferencia, metapsicología de los límites, figuras de la terceridad y funciones objetalizante y desobjetalizante. Buscamos demostrar que la noción de encuadre inevitablemente condensa los aspectos intrapsíquicos e intersubjetivos que están en juego en la relación analítica, contemplando la dinámica pulsión-objeto. A partir del entendimiento de las condiciones fundamentales para la instalación del encuadre analítico y de la matriz activa, el psicoanalista puede modificar los elementos variables del encuadre y optar por el dispositivo clínico más adaptado al funcionamiento psíquico del paciente. En oposición a la objetalización, que permite la construcción del encuadre por el dúo analítico, identificamos que la acción de la destructividad muchas veces se manifiesta por medio de ataques dirigidos al propio encuadre, como en la posición fóbica central y en el síndrome de la desertificación psíquica, dos cuadros transferenciales característicos de los estados límites. De este modo, consideramos teoría clínica y metapsicología indisociables en la comprensión de las circunstancias que favorecen o perjudican el buen funcionamiento del encuadre analítico, concluyendo que el pensamiento de André Green es una importante referencia en esta investigación.

Palabras clave: *psicoanálisis, encuadre analítico, pensamiento clínico, función objetalizante, André Green*

Resumé

L'article propose d'approfondir la conception de cadre analytique selon André Green, en pariant sur l'originalité des contributions de l'auteur au thème. Nous introduisons l'idée de cadre analytique comme opérateur conceptuel privilégié pour l'articulation des formulations théoriques centrales de l'œuvre greenienne, telles que : structure encadrante, cadre interne de l'analyste, pensée clinique, double transfert, métapsychologie des limites, figures de la tiercéité et fonctions objectalisante et désobjectalisante. Nous cherchons à démontrer que la notion de cadre condense inévitablement les aspects intrapsychiques et intersubjectifs qui sont en jeu dans la relation analytique, en contemplant la dynamique pulsion-objet. À partir de la compréhension des conditions fondamentales pour l'installation du cadre analytique et de la matrice active, le psychanalyste peut modifier les éléments variables du cadre et opter pour le dispositif clinique le plus adapté au fonctionnement psychique du patient. En opposition à l'objectalisation, qui permet la construction du cadre par le duo analytique, nous avons identifié que l'action de la destructivité se manifeste souvent par des attaques dirigées contre le cadre lui-même, comme dans la position phobique centrale et le syndrome de désertification psychique, deux configurations transférentielles caractéristiques des états limites. Ainsi, nous considérons la théorie clinique et la métapsychologie inséparables dans la compréhension des circonstances qui favorisent ou nuisent au bon fonctionnement du cadre analytique, concluant que la pensée d'André Green est une référence importante dans cette enquête.

Mots-clés : *psychanalyse, cadre analytique, pensée clinique, fonction objectalisante, André Green*

A extensa obra de André Green é alvo de grande interesse pela comunidade psicanalítica brasileira. Desde o seu falecimento, em 2012, foram publicadas novas traduções de seus livros (Green, 2017, 2023; Green & Urribarri, 2019), além de edições especiais de revistas científicas dedicadas a ele: *Revista Alter* (v. 30, n. 2, 2012), *Revista Percurso* (n. 49/50, 2013) e *Revista da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre* (v. 20, n. 1, 2013). Esse interesse parece residir em dois aspectos de sua rica produção: a complexidade sedutora dos conceitos originais que propôs, bem como sua recusa em aderir religiosamente a uma única e fundamental referência teórica.

Parte da originalidade do edifício teórico que Green deixou como legado reside na historicização do movimento psicanalítico e na assimilação das contribuições de seus contemporâneos, não se mantendo restrito ao saber produzido na França. O ponto de partida para qualquer uma de suas reflexões é, sem dúvidas, o exame aprofundado da obra de Freud, característica que, ao longo das últimas sete décadas, perpassou todo o movimento psicanalítico francês, independentemente da segmentação institucional.

No entanto, a trajetória ímpar de Green tem como marca primordial a tentativa de articular os conceitos principais de Freud àquilo que foi desenvolvido pelos autores pós-freudianos. Serviram como base a sua experiência no seminário de Jacques Lacan (entre 1961 e 1967) e as trocas com Wilfred Bion e Donald Winnicott, favorecidas pelas viagens ao exterior e seu conhecimento da língua inglesa. Ao mesmo tempo em que se mantinha a par dos congressos e publicações internacionais, Green fez parte de um momento único da história da psicanálise francesa, estabelecendo um diálogo profícuo com membros de diversas instituições psicanalíticas (como a Sociedade Psicanalítica de Paris, da qual fazia parte, a Associação Psicanalítica da França, e o Quarto Grupo) e com instituições de saúde mental de inspiração psicanalítica (Instituto de Psicossomática Pierry Marty, a Associação de Saúde Mental do 13º *arrondissement* de Paris e o Centro de Consultações Jean Favreau da SPP). Dentre os interlocutores ilustres com os quais estabeleceu laços intensos de colaboração, amizade ou rivalidade estão Jean Laplanche, J.-B. Pontalis, Didier Anzieu, Pierre Marty, Guy Rosolato, Jean-Luc Donnet e Jean-Claude Rolland¹.

Alguns analistas nomeiam a empreitada da qual faz parte Green, como de psicanálise transmatricial (Figueiredo & Coelho, 2018), psicanálise da geração pós-Lacan (Urribarri, 2017), ou ainda, conforme consta no título de livros escritos por Green ou sobre ele, “psicanálise contemporânea” (Green, 2005, 2012; Urribarri & Green, 2013). Green (1994) prioriza alguns conceitos-chave na estruturação da sua produção autoral: a pulsão em Freud, o significante em Lacan, o pensamento e a função alfa em Bion e a transicionalidade em Winnicott.

Entretanto, não se deve confundir a pluralidade de referências que compõem o plano de fundo das reflexões de Green com um ecletismo desenfreado. Ele se mantém firmemente freudiano, buscando evitar o deslize para a idolatria ao cânone. Sua ideia não seria a de *retornar* a Freud, até porque a articulação entre intrap síquico e intersubjetivo, que lhe parece ser prioritária, não é suficientemente abordada por Freud e exige o cotejamento com outros pensadores, pós-freudianos (Green, 2002). Um termo usado por Green (2000)² é o de *recontextualizar* Freud à luz de problemáticas que talvez não tenham sido abordadas por ele. Em outras palavras, Freud seria “uma referência retrospectiva” (Green, 1994, p. 183) que ajudaria os analistas a se situarem no presente.

Diante de um projeto vasto e robusto como aquele empreendido por Green, é preciso eleger alguns pontos para orientar a abordagem de seus textos, selecionando a lupa a partir da qual será realizada a leitura destes inúmeros escritos. Nossa suposição é de que muitos de seus conceitos originais mais relevantes parecem orbitar em torno da forma como o autor concebe o enquadre analítico. Também suspeitamos que esse operador conceitual torne mais inteligíveis algumas das ideias de Green, que podem parecer complicadas ou muito específicas, pois percebemos o quanto estas se mantêm rentes às questões clínicas, conservando sua operacionalidade e relevância.

Apostamos em um trabalho que dissocie a figura epistêmica de Green de um autor a ser lido exclusivamente como referência para os ditos *casos difíceis*, ou aquilo que ele prefere nomear de casos e estados limites ou estruturas não neuróticas. Neste artigo, temos a intenção de fazer referência à prática cotidiana do analista, buscando localizar as condições intrap síquicas, intersubjetivas, teóricas e técnicas para a construção e a instalação do enquadre analítico. Sem essa perspectiva, não seria possível compreender o motivo pelo qual o enquadre analítico eventualmente vacila com determinados pacientes.

Na tradição francesa, o termo enquadre, *cadre*, é preferido à palavra inglesa *setting*, descrito como o conjunto de condições que possibilitam a prática da psicanálise (Green, 2005). Trata-se de uma palavra amplamente presente no vocabulário francês corrente, significando *contexto*, *âmbito* ou *meio*, sendo também utilizada para designar a moldura de um quadro, um cargo executivo ou a estrutura de uma bicicleta ou de um leito. Em todas essas definições, o que aparece em comum é a ideia de algo delimitado por linhas e demarcações, sejam elas concretas ou subjetivas, visíveis ou metafóricas. Esses elementos estão igualmente presentes na concepção psicanalítica de enquadre.

O enquadre analítico é, acima de tudo, o local da transferência (Green, 2007). Green (2013) localiza a invenção da análise justamente na invenção do enquadre analítico. Segundo ele (Green, 2007), haveria uma dupla origem da conceituação do enquadre enquanto tal, que pertence ao campo das formulações pós-freudianas: o *setting* de Winnicott e o enquadre de Bleger.

Teremos como foco a breve exposição de alguns dos aportes de Bleger (1966), que chamaram atenção para a necessidade de um enquadre constante e consistente, a fim de viabilizar a apreensão do processo que nele se desenvolve. Combinados, então, o enquadre analítico e o processo constituem a situação analítica. Para o autor argentino, o enquadre “corresponderia às invariáveis de um fenômeno, um método ou uma técnica” (Bleger, 1966, p. 103), e inclui o analista, os fatores espaciais, temporais, técnicos e metodológicos. O enquadre, em suas palavras, funciona como um “não processo” (Bleger, 1966, p. 103), a moldura dentro da qual o processo está contido, este sendo traduzido pelo conjunto das variáveis analisadas e interpretadas pelo psicanalista. Lendo Green, também identificamos outra possível influência de Bleger (1966, p. 104): o “problema da ‘ruptura’ ou dos ‘ataques’ ao enquadre”, ou do enquadre enquanto depositário do que não pode se expressar no processo analítico. Nesses casos, a questão do enquadre se sobrepõe à do processo, e o próprio enquadre será analisado.

Adicionalmente, sustentamos que o interesse em utilizar a palavra *enquadre* se justifica pela relação que este estabelece com os processos intrap síquicos da dupla analítica, ligados a outros dois conceitos cunhados por Green: estrutura enquadrante

1 Tanto as influências de Green quanto os diálogos estabelecidos com seus contemporâneos são estudados por Green (2013), Pirlot (2015) e, no Brasil, Candi (2010) e Canelas (2013).

2 Green, A. (2000). Conferência realizada na Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo, registrada em vídeo. Acervo pessoal.

e enquadre interno do analista. O ponto de cruzamento entre intrapsíquico e intersubjetivo também será estudado no segundo tópico, no qual discorreremos sobre o papel do investimento pulsional da dupla analítica na criação e na manutenção do enquadre. Em seguida, mencionaremos algumas das figuras da terceiridade contidas na ideia de enquadre analítico. Destacaremos, por fim, as situações nas quais a função desobjetalizante e o desinvestimento colocam o enquadre em xeque.

O Enquadre Analítico e Suas Matrizes

Com textos como a célebre conferência proferida em 1974 intitulada “O analista, a simbolização e a ausência no enquadre analítico” (Green, 1990), o autor baliza um tipo de atividade teorizante pautada na recontextualização de conceitos clássicos e na criação de novos conceitos, visando a tentativa de sustentar uma prática clínica repleta de impasses. Nesse texto, além de apresentar sua concepção dos estados limites de maneira bastante esquemática, Green a relaciona diretamente aos limites do estabelecimento do enquadre analítico clássico na prática clínica com determinados pacientes.

Para Green, a função principal do enquadre analítico seria a de “receber e criar investimentos significativos” (Green, 1995, p. 246). Essa função só é exercida, sob determinadas condições e parâmetros, quando há manutenção constante de uma moldura³ invisível. Vislumbramos essa moldura ajustável como passível de ser calibrada pelo psicanalista que dela se encarrega. Ao mesmo tempo em que existe certa maleabilidade no manuseio do enquadre por parte do analista, alguns dos elementos que o compõem são inegociáveis. De que forma os ensinamentos de Green nos permitem abarcar as modificações necessárias do enquadre em nossas respectivas inserções profissionais, sem que precisemos negligenciar os pilares fundamentais da prática psicanalítica?

Primeiramente, apontamos que o autor considera que o enquadre analítico seria fundado por sua matriz ativa (Green, 2005), composta pela dupla dialógica associação livre do paciente/atenção flutuante e neutralidade benevolente do analista. A matriz ativa se relaciona ao *pacto* que, para Freud (1940/2014, p. 89), sustenta a situação analítica: “sinceridade total [do paciente], em troca de descrição absoluta” por parte do analista, juntamente com seu conhecimento técnico, que o capacita a interpretar o material contido no discurso do paciente.

Na companhia de muitos de seus colegas franceses⁴, Green (1995, 2010) atribui grande ênfase à regra fundamental, regra julgada por ele como sendo paradoxal, dado que, de antemão, já se sabe que ela será necessariamente transgredida pelo paciente. “Diga tudo aquilo que lhe vier à mente”, pois para que uma análise possa ocorrer, basta que tal orientação seja “suficientemente” (Green, 2010) acatada. De todo modo, “toda a análise repousa sobre a capacidade do analisando de aplicar a regra fundamental” (Green, 2010, p. 56) em alguma medida. Na sessão, sob ação da matriz ativa do enquadre, a escuta analítica livremente flutuante do psicanalista complementa a associação livre resultante da interiorização da regra fundamental do lado do paciente, transformando uma “conversa ordinária em discurso metafórico” (Green, 2010, p. 60).

Entendemos que a manutenção dessa matriz ativa independe do contexto no qual a análise ocorre ou do tipo de paciente atendido, pois se apoia majoritariamente no enquadre interno do analista (conceito que explicaremos mais adiante) e na forma como sua escuta analítica se associa a seu pensamento clínico, seja qual for o modo de associatividade (Roussillon, 2009) predominantemente apresentado pelo paciente. Ou seja, a matriz ativa permite ao analista *permanecer analista* mesmo em contextos diferentes daqueles nos quais Freud respaldou seus ensinamentos. Green acredita que ela talvez seja o marcador que mais aproxime os psicanalistas em seus exercícios clínicos, independentemente das filiações institucionais ou das preferências teóricas (Urribarri & Green, 2013).

O enquadre também se caracteriza pelo contrato segundo o qual são definidos os seus elementos variáveis⁵ (Green, 2005) ou sua fração variável (Green, 2002), que correspondem à periodicidade das sessões, sua duração, a escolha do dispositivo (face a face, poltrona-divã, análise de crianças, acompanhamento terapêutico, análise grupal, psicodrama psicanalítico), a modalidade de pagamento etc. É a vertente mais material e literal do “pacto” estabelecido entre paciente e analista (Freud, 1940/2014). Idealmente, a regulação e a consistência desses elementos variáveis proporcionariam um terreno favorável para o bom funcionamento da matriz ativa. Nessa conjuntura, vemos que há maior possibilidade de adaptação da moldura segundo as especificidades do funcionamento psíquico do paciente e do contexto sociocultural no qual se está inserido (a prática no consultório ou o trabalho em instituição, por exemplo). A precisão da regulação dos elementos variáveis do enquadre se apoia, como veremos no tópico seguinte, no enquadre interno do analista e no seu pensamento clínico.

Mesmo que Freud tenha deixado relativamente abertas muitas das questões mais específicas relativas à prática psicanalítica (Chervet, 2017), quando revisitamos parte do que foi proposto por ele mais explicitamente (Freud, 1913/2017), notamos um desencontro com o trabalho do psicanalista em 2023. Podemos imaginar que os grandes analistas tenham sido convocados a criar molduras inéditas para que suas respectivas práticas clínicas fossem contempladas. Essas alterações

3 Tomamos a palavra *moldura* emprestada de Bleger (1966).

4 Citamos como exemplo a publicação coletiva organizada por Chervet e Donnet (2014).

5 O termo *variável* empregado por Green não deve ser confundido com aquilo que Bleger (1966) desenvolve acerca das *invariáveis* do enquadre, sem as quais não se pode investigar as *variáveis* do processo. Aqui, Green fala de elementos que são variáveis quando tomado como base o modelo psicanalítico clássico.

aparecem tanto no que tange os elementos variáveis quanto na compreensão do funcionamento da matriz ativa: Ferenczi e os paciente traumatizados; Klein e a análise de crianças; Winnicott e as consultas terapêuticas; Bion e os pacientes psicóticos; Anzieu e Kaës no trabalho com grupos; Lacan e o tempo lógico; Marty e a psicossomática; Green e os estados limites.

Acreditamos que a instalação do enquadre seja um processo que ocorre, ao mesmo tempo, explícita e silenciosamente, nos planos consciente, pré-consciente e inconsciente, tanto para o analista quanto para o analisando. O enquadre circunscreve uma cena na qual a transferência poderá advir, inaugurando um novo modo de utilização da linguagem em seus diferentes modos de expressão. Dessa forma, ele engloba o método analítico, permite sua operacionalidade, regula-o e torna a transferência analisável.

Estrutura Enquadrante, Enquadre Interno do Analista e Pensamento Clínico

O conceito de estrutura enquadrante é retomado diversas vezes ao longo dos anos (Green, 1983, 1995, 2005, 2012; Urribarri & Green, 2013), ligando-se diretamente a outros conceitos greenianos importantes. Apresentaremos uma versão resumida daquilo que consideramos essencial nesse apanhado de textos e de como isto se associa à clínica. Em linhas gerais, a estrutura enquadrante compõe a matriz da singularidade e do narcisismo primário, é circunscrita a partir da interiorização da alucinação negativa do objeto primário⁶ e promove sustentação para toda e qualquer objetualização subsequente (Green, 2005; Urribarri & Green, 2013).

No desenrolar do processo de separação entre o bebê e o adulto que exerce a função de cuidador⁷, a alucinação negativa “normal” permite um apagamento do objeto primário sem que este desapareça totalmente. Ela constitui uma primeira representação da ausência de representação, a partir da qual a estrutura enquadrante pode se configurar como continente do espaço representativo (Green, 1983). Nesse estágio precoce, enquanto o rosto e o sorriso do objeto primário são passíveis de desaparecimento, o que conta “são os traços do enquadramento que representava o contato com seu corpo” (Urribarri & Green, 2013, p. 52). Na gênese desse processo, Green (Urribarri & Green, 2013) identifica os traços deixados pelo contato com o corpo do objeto primário como os responsáveis pela instalação de um enquadre (*cadre*). Resgatamos a compreensão da palavra *cadre* no sentido de moldura, visto que o aspecto da sustentação é importante, como no *handling* e no *holding* winnicottianos.

A alucinação negativa e a edificação da estrutura enquadrante concedem lugar à potencialidade de recorrer à realização alucinatória do desejo (uma alucinação “positiva”), por meio da qual o bebê reinveste a trilha deixada pelos traços de satisfação, fortemente marcados pela corporalidade. Essa estrutura, cujas margens se desenham a partir do *enquadre* fornecido pelo objeto primário, passa a funcionar como um espaço vazio, onde poderão nascer as representações. Daí a fórmula: “o psiquismo seria o efeito da relação de dois corpos, na qual um deles está ausente” (Green, 1995, p. 70).

Desse modo, observamos que o espaço vazio contido pela estrutura enquadrante está intimamente ligado às origens da simbolização. A representação nasce pela ausência da percepção, posto que as primeiras representações não advêm sem que o objeto, que outrora esteve presente, possa se ausentar. A possibilidade de substituir o investimento em um objeto perdido ou ausente, redirecionando-o a outros objetos ou criando objetos novos, também depende da estrutura enquadrante (Green, 1995). Para que o objeto da pulsão não seja estanque, é imprescindível que exista uma multiplicidade de investimentos potenciais, configurando um trabalho de renovação permanente.

O enquadre interno do analista, por sua vez, é interiorizado por ele ao longo de sua própria análise e da prática clínica com seus pacientes. Esse enquadre interno o auxilia a manter operante o exercício psicanalítico mesmo fora do dispositivo clássico divã-poltrona, preservando seu pensamento clínico em outros contextos que não o da análise clássica (Green, 2002).

Quando falamos em pensamento clínico⁸, referimo-nos a um modo particular de pensamento e racionalidade do psicanalista. Um exemplo da manifestação do pensamento clínico diz respeito aos momentos nos quais a leitura de escritos teóricos desperta, no analista, associações e ideias referentes a seus próprios pacientes, inclusive quando não há menção explícita à clínica. Contudo, o pensamento clínico “pode ser apreendido de maneira ótima no espaço-tempo definido pelo enquadre analítico” (Green, 2002, p. 27). Esse pensamento dinâmico e heterogêneo não seria responsável apenas pela escuta das estruturas psicopatológicas, mas pela observação de suas “transformações, positivas ou negativas, espontaneamente ou pelo efeito do tratamento” (Urribarri & Green, 2013, p. 60).

Estrutura enquadrante e enquadre interno se inter cruzam no encontro entre o intrapsíquico e o intersubjetivo, diz Green (Urribarri & Green, 2013). Afinal, a estrutura enquadrante será “reencontrada” no enquadre analítico e *graças a ele* (Pirlot, 2015). Enquanto a estrutura enquadrante garante a singularidade e a diferenciação em relação ao outro, o enquadre interno do analista permite que este esteja aberto justamente “à singularidade *do outro*” (Urribarri & Green, 2013, p. 73, grifos

6 Preferimos utilizar *objeto primário* à palavra *mãe*, presente no texto original de Green (2005). O termo objeto primário também é amplamente utilizado pelo autor no mesmo texto.

7 Green (1983, p. 275) fala especificamente em “objeto materno”.

8 Minerbo (2016) dedica um capítulo de seu livro *Diálogos Sobre a Clínica Psicanalítica* ao conceito de pensamento clínico, não se mantendo restrita à definição de Green.

nossos), ou seja, aos diferentes modos de associatividade apresentados pelos pacientes. Ele poderá ser, então, impelido a propor um remanejamento dos elementos variáveis do enquadre, desembocando em enquadres provavelmente distintos daquele que experimentou em sua análise pessoal.

Na forma como o compreendemos, o enquadre interno do analista sustenta o pensamento clínico e permite a sua adaptação a diferentes dispositivos. Ele proporciona ao analista a manutenção de sua experiência de análise pessoal como referência possível, mas não exclusiva. Entendemos que o enquadre interno do analista será, por exemplo, responsável pelo manejo de aspectos técnicos como a modulação do silêncio do analista e de sua atividade interpretativa, mantendo-se em permanente comunicação com o pensamento clínico (Franco & Kupermann, 2020).

Esses três conceitos, nos quais variações da palavra *enquadre* estão presentes, reforçam que, na teoria greeniana, o processo que se desdobra em análise é fortemente ligado ao que se passa no plano intrapsíquico. O enquadre analítico depende do enquadre interno do analista e de um mínimo de operacionalidade da estrutura enquadrante no paciente, para que este último possa objetivar o enquadre analítico. Continuaremos a temática dos investimentos pulsionais e da sobreposição intrapsíquico/intersubjetivo a seguir.

O Objeto Analítico Criado e Atravessado Pelas Pulsões

Green (2002, 2012) não deixa de frisar as implicações da ancoragem somática do psiquismo, produtora de uma força inicialmente dissociada de sentido. Antes de ser representada psiquicamente, a pulsão consiste em excitação somática, e exige trabalho psíquico para estabelecer-se como tal. Ao mesmo tempo em que a força que advém das pulsões pode atribuir movimento aos processos dinâmicos que compõem uma análise (transferência, repetição, compulsão de repetição), ela precisa encontrar um objeto por meio do qual possa trilhar suas vias de expressão. A passagem pelo objeto é a condição indispensável para que haja transformação do quantitativo (pressão das moções pulsionais) em qualitativo (produção de sentido e trabalho de representação).

Para Green (1995), a pulsão não é apenas um conceito-limite entre o somático e o psíquico, existe também na fronteira entre sujeito e objeto. A intersubjetividade, na lógica greeniana, está presente no coração da atividade pulsional, uma vez que, paradoxalmente, a excitação somática não pode ser transformada em pulsão sem o objeto, e o objeto não pode ser criado sem o investimento pulsional. Na visão de Green (2002), poderíamos identificar tal relação no vínculo primordial entre bebê e objeto primário: o psiquismo do objeto primário (portanto seu intrapsíquico) é convocado (intersubjetivamente) a apaziguar a tensão causada pelo desamparo do bebê (intrapsíquico).

O próprio modelo do duplo limite (Green, 1990, 2002) intersecciona essas duas dimensões. Duas linhas se cruzam: uma delas, horizontal, separa o dentro e o fora, enquanto a outra, vertical, divide consciente e inconsciente. O intrapsíquico está dentro, o intersubjetivo está entre o dentro e o fora. O objeto se localiza no espaço interno entre consciente e inconsciente e, paralelamente, no exterior, sob a roupagem do sujeito outro.

A indissociabilidade da pulsão e do objeto leva Green (2012) a constatar que o enquadre seria um campo de forças. Para que haja retorno sobre si próprio, é preciso haver um desvio pelo outro (o analista) (Green, 2002). O enquadre analítico não reproduziria apenas relações objetivas já existentes, mas permitiria a emergência de novas relações de objeto. O objeto analítico (Green, 1990) surge como um objeto terceiro entre analista e analisando, um novo objeto inserido no espaço potencial da análise. Ora, se o objeto é, ao mesmo tempo, revelador das pulsões e criado por elas, o objeto analítico que pode advir no enquadre também serve como suporte para os movimentos pulsionais de ligação e desligamento, investimento e desinvestimento.

Na objetualização (Green, 1995) – a qual, conforme vimos anteriormente, depende da estrutura enquadrante –, toda e qualquer estrutura é transformada em objeto, podendo ser investida pelas pulsões de vida. Alguns exemplos de processos psíquicos que adquirem o estatuto de objeto (no que diz respeito à forma como são investidos) são as atividades representativa e de pensamento, a linguagem, os trabalhos do sonho e do luto. Em análise, para haver objeto analítico e transferência, é imprescindível que a objetualização exerça sua função de investimento do enquadre analítico. Inversamente, a desobjetualização (Green, 1993) direciona as pulsões de morte ou de destruição às estruturas com caráter objetal, retirando os investimentos destas, atacando o próprio processo de investimento libidinal objetualizante.

Na tentativa de criar recursos teórico-clínicos que englobem o que está em jogo nesse campo de forças, onde os planos intrapsíquico e intersubjetivo são permanentemente tensionados, Green (2005) decompõe a transferência em duas vertentes: a chamada dupla transferência. Uma delas é a transferência sobre o objeto, regida pelos processos primários. É a transferência propriamente dita, no plano intersubjetivo. Na transferência sobre a palavra, os processos secundários intervêm para que eventos psíquicos sejam transformados em discurso, traduzidos em linguagem. Ao mesmo tempo em que este segundo tipo de transferência ocorre no plano intrapsíquico, a transferência sobre a palavra nunca deixa de possuir uma dimensão intersubjetiva, pois depende do endereçamento a um interlocutor. Sob a tutela do enquadre, a comunicação analítica oriunda da transferência sobre a linguagem a faz ser *falada diferentemente*. Porém, Green (2005) sublinha que o discurso não pode dar conta de tudo que se passa no plano da transferência sobre o objeto.

Sob a ótica dos conceitos greenianos supramencionados, conjecturamos que seria possível decompor a escuta analítica em duas dimensões, cuja ocorrência é simultânea. A escuta analítica deve comportar recursos para abarcar dois planos considerados por Green (1994): a significação e o sentido. A significação refere-se mais diretamente ao que pode ser apreendido a partir da escuta do significante, da linguagem propriamente dita, campo que relacionamos ao conceito de transferência sobre a palavra. Tudo que a linguagem não comporta seria da ordem do sentido, ou da transferência sobre o objeto. Quando essas duas dimensões são contempladas, leva-se em conta o movimento de uma sessão, uma musicalidade ditada pela economia dos afetos e pela expressão da dupla transferência⁹.

Dessa forma, quando falamos em trabalho analítico, as dimensões intrapsíquica e intersubjetiva sempre andam juntas. Em sua sofisticada metapsicologia do enquadre analítico, Green amarra os conceitos que mapeiam o funcionamento do interior do aparelho psíquico à dinâmica das relações de objeto. Sua reflexão elucida quais processos tornariam uma análise possível ou impediriam seu funcionamento.

A Terceiridade no Enquadre Analítico

Green também se propõe a catalogar minuciosamente diversas figuras da terceiridade¹⁰, a nível intrapsíquico e no trabalho analítico. Uma dessas perspectivas corresponde à ideia de objeto analítico, já citado. Ele emerge como um terceiro, formado pelo encontro intersubjetivo dos discursos do analista e do paciente, no “espaço potencial que existe entre os dois, delimitado pelo enquadre que se rompe a cada separação e se reconstrói a cada reunião” (Green, 1990, p. 103). Na sequência, citaremos mais duas figuras da terceiridade, alinhadas àquilo que já discutimos até aqui.

A ideia de dupla transferência comporta uma dimensão paradoxal. Ao mesmo tempo em que o movimento na via regrediente é necessário para o rebaixamento da censura e o respeito à regra fundamental que resultariam na associação livre, o ato de associar livremente não deixa de representar uma modalidade de expressão da realidade psíquica por meio da linguagem, o que implica necessariamente em um redirecionamento pela via progrediente. A própria linguagem já tem uma função terceira, reportando-se a um conjunto de códigos compartilhados socialmente. Mas como entender a peculiaridade do uso da linguagem em análise, relacionando-a ao fenômeno da dupla transferência?

Os processos terciários (Green, 1995, 2005) são encarregados da promoção de ligações fluidas entre os processos primários e os secundários. Eles correspondem a uma das figuras greenianas da terceiridade justamente por não existirem de maneira autônoma, pois são resultantes do processo que se desenrola graças ao enquadre analítico. Quando pensamos na dupla transferência, difratada entre palavra e objeto, referimo-nos a um investimento transferencial duplo que depende dos processos terciários.

O discurso psicanalítico só é fecundo quando os processos primários e secundários são ligados, desligados e religados em um “vai e vem” (Green, 2005). Estamos novamente no campo do movimento da sessão, mencionado no tópico precedente. Os processos terciários garantem que, no contexto da análise, o pensamento do paciente não deslize nem em direção ao *esmigalhamento* (pela ausência dos processos secundários) e nem a um *controle racional excessivo* (pela ausência dos processos primários) (Green, 1995, p. 151).

Outra matriz da terceiridade no enquadre analítico se relaciona ao enquadre interno do analista e seu pensamento clínico. Enquanto Winnicott parece preconizar o papel do *setting* em reproduzir os cuidados do objeto primário, Green também enfatiza a função terceira exercida pelo próprio enquadre. Ele intervém entre analista e analisando como uma convenção previamente estabelecida em que ambos estão submetidos (Green, 2000). Idealmente, o enquadre conserva a implementação da regra fundamental, a prescrição da neutralidade benevolente do analista e o abandono da sugestão, cumprindo a função de regulação da “inacessibilidade do objeto da transferência, [da] impossibilidade ou [da] interdição de utilizar o analista a fim de satisfazer seus próprios desejos ou de servir àqueles do analista” (Green, 2012, p. 23).

No tocante à terceiridade, podemos teorizar o enquadre analítico como um espaço potencial de criação (objeto analítico, processos terciários, processo de simbolização). Simultaneamente, é atravessado por elementos terceiros que triangulam a relação entre analista e analisando (o outro do objeto, o método analítico, o próprio conceito de enquadre com sua matriz ativa e sua fração variável).

A Infiltração da Destrutividade no Enquadre Analítico

Como maneira de encerrar o nosso estudo, voltaremos nossa atenção ao aspecto da destrutividade que é dirigida ao próprio enquadre analítico e à função desobjetalizante neste contexto. Se nosso foco até aqui foi examinar a objetualização, que permite a criação e a manutenção do enquadre analítico pela ação conjunta do analista e do analisando, neste tópico faremos referência àquilo que o boicota. Como a abordagem inovadora da ação da destrutividade no enquadre analítico

⁹ Encontramos um paralelo com as vertentes *qualitativa* e *quantitativa* da análise indicadas por Ferenczi em sua concepção de neocatarse (Kupermann, 2019).

¹⁰ Delourmel (2005) e Coelho (2015) oferecem uma revisão aprofundada do conceito de terceiridade de Green.

constitui um dos carros-chefes da obra greeniana, nos deteremos apenas àquilo que se avizinha do que apresentamos até aqui. Não discorreremos sobre os desenvolvimentos teórico-clínicos referentes à psicose branca (Donnet & Green, 1973), à mãe morta (Green, 1983) ou à anialidade primária (Green, 2002).

Uma vez instalado o enquadre de acordo com o funcionamento psíquico do paciente, estão colocadas as condições para a expressão, a escuta e a interpretação da dinâmica transferencial. Green (2012) chega a se referir ao enquadre como um *laboratório*, deflagrando “de que forma as relações intrapsíquicas e intersubjetivas se enodam” (Green, 2012, p. 24). Indo ao encontro das ideias já apresentadas, podemos pensar que esse laboratório analítico nem sempre culmina em experimentações bem-sucedidas. Afinal, o enquadre pode revelar os impasses na construção da estrutura enquadrante do paciente e a toxicidade de suas relações objetais. Green aderiria, com veemência, ao princípio de que sempre deve haver espaço para que se discutam as desilusões da clínica psicanalítica (Green, 1994, 2006, 2010).

De forma categórica, ele afirma que, muitas vezes, o fracasso do enquadre clássico seria um reflexo das dificuldades de funcionamento do próprio paciente (Urribarri & Green, 2013). O dispositivo divã-poltrona, cujo formato tem como inspiração o eixo paradigmático sonho-relato do sonho, deixa de funcionar como um veículo favorável para a promoção de trabalho psíquico no paciente, exigindo um remanejamento dos elementos variáveis do enquadre. Apoiados em Green (1990), identificamos que a via regrediente parece ser sentida como particularmente perigosa nesses casos, e o paciente acaba por tomar os elementos que compõem a matriz ativa do enquadre e sua fração variável como inimigos em potencial. Se nas análises clássicas o enquadre tende a parecer *silencioso*, o trabalho com casos-limite revelou a necessidade de considerar o próprio enquadre como objeto de análise (Green, 1990). Aqui, reencontramos muito do que já havia sido salientado por Bleger (1966).

Por mais que essas manifestações ruidosas e ataques ao enquadre não estejam ausentes nas análises clássicas, os casos difíceis demandariam um intenso e permanente trabalho psíquico por parte do analista, a fim de mobilizar estratégias para que o enquadre possa ser protegido das frequentes ameaças que pairam sobre ele. Estamos diante de pacientes que exercem uma pressão constante contra o enquadre analítico (Green, 1990), pressão que se estende, é claro, ao analista. Para nós, esse tema é crucial, dado que as ideias greenianas acerca dos estados limites aludem mais à experiência clínica que a classificações psicopatológicas ou psiquiátricas (Green, 1998).

O enquadre “permite, portanto, a manifestação da loucura privada do analisando” (Green, 2012, p. 24). Para Green (1990), *apenas* o enquadre revela a loucura privada, o que ocorre nos momentos em que este parece correr o risco de “rachar, fissurar-se, romper-se” (p. 375). Não seria possível abordar a loucura privada sem situá-la nos processos que se desenrolam no enquadre analítico, pois não há sentido em avaliar os quadros transferenciais greenianos sem considerar o enquadre no qual estão inseridos.

Um primeiro ponto de tensão localiza-se na economia dos limites que integram o duplo limite (Green, 1990). Isso tem como consequência um sentimento avassalador de invasão, seja pela extrapolação dos limites entre as instâncias psíquicas (da primeira e da segunda tópica) ou entre o dentro e o fora. O paciente nem sempre consegue identificar a origem dessa invasão. A angústia de intrusão e a angústia de abandono, muito pronunciadas nos estados limites (Green, 1998), podem ter caráter igualmente indiferenciado, desvelando a insuficiência da transicionalidade. A dinâmica do enquadre torna essas questões ainda mais evidentes, resultando em prejuízos para a capacidade associativa do paciente. Como consequência, “esses pacientes cortam sua possibilidade de pensamento. A partir do momento em que algo significativo surge, há uma ruptura do vínculo associativo” (Green, 2006, p. 125).

Para nos mantermos na trilha investigativa desses fenômenos, escolhemos adotar a descrição greeniana da posição fóbica central como exemplo. Green (2002) *precisa* um tipo de funcionamento que conduz a reações terapêuticas negativas agudas, descrevendo-o como uma disposição de base do psiquismo que resulta em uma inibição generalizada do eu, muito observada nos estados limites. A própria função analítica parece ser contrainvestida, evitada, como se houvesse um desejo de escapar do processo investigativo promovido por ela. A referência à fobia se deve à transposição do funcionamento fóbico para o interior do discurso, paralisando o psiquismo e, conseqüentemente, a capacidade de associar livremente em análise.

Em uma tentativa de atenuar as ameaças internas (e externas) das quais falamos, esse funcionamento serve ao propósito de impedir a revivescência traumática na qual a ligação dessas representações pela associação livre resultaria. A relação entre as constelações traumáticas

é sentida como uma invasão angustiante por forças incontroláveis, na qual o despertar de qualquer um desses traumas entraria em ressonância amplificadora com outro, cuja imagem composta seria impensável, porque esta desencadearia uma violência sem precedentes, dirigida contra o eu do paciente. (Green, 2002, p. 153)

Mecanismos dessa natureza já haviam sido estudados em outros momentos, como no caso do branco do pensamento (Donnet & Green, 1973) e do luto branco (Green, 1983). Ao final de sua obra, essa discussão é retomada com a definição da síndrome da desertificação psíquica, com ênfase na sua relação com o enquadre. Optamos por incluir uma longa citação:

[Nos casos em que] tentamos instalar o enquadre analítico com pacientes que se revelam, na verdade, incapazes de suportá-lo, assistimos a paralisias psíquicas funcionais provocadas pelo efeito traumático exercido sobre a psique quando ela deve

deixar-se levar pela associação livre. O paciente sente então um estado de vazio psíquico, um deserto libidinal, com o sentimento de que aquilo que pedimos dele não pode senão remetê-lo a sua vacuidade, a uma angústia ligada ao desamparo, diante de um grande perigo de desorganização. (Green, 2010, pp. 103-104)

Se é no enquadre que a loucura privada se expressa, indagamos as maneiras a partir das quais ele seria capaz de torná-la menos angustiante e ameaçadora para o paciente. Na perspectiva de Green (1990, pp. 344-345):

o enquadre não determina apenas as condições de um espaço de trabalho, ele modifica a economia dos limites. O fechamento que ele instaura tensiona, no seu interior, os limites entre analisando e analista. Ele constringe o analisando a reestruturar sua identidade, ameaçada pela intensidade das trocas, e a vigiar constantemente as fronteiras de seu psiquismo contra a invasão interna (pelas pulsões) ou externa (pelo objeto) (...).

Nessas condições, a função do analista seria a de garantir que o enquadre analítico sobreviva. Green (1990) passa a focalizar a contenção proporcionada *pelo enquadre analítico*, e não apenas pela pessoa do analista. Na sua visão, é apenas pela constância desse enquadre que a situação analítica pode ser isolada, impossibilitando a descarga pela qual a força pulsional clama e certificando o paciente de que “esses pensamentos loucos não ultrapassarão os limites do consultório analítico, que a linguagem que ele emprega para veiculá-los permanece metafórica, que a sessão terá um fim e que outra a sucederá (...)” (Green, 1990, p. 100).

As citações que selecionamos se estendem da década de 1970 ao ano de 2010, realçando o lugar de destaque que o conceito de enquadre analítico ocupa no pensamento de Green até o final da sua obra. Defendemos que a escuta analítica dos ataques ao enquadre equivaleria ao campo de investigação privilegiado para o estudo da destrutividade em suas formas diversas. A função desobjetalizante em sessão emerge em um determinado contexto, que, por sua vez, só pode existir quando o analista se propõe a devidamente introduzir e sustentar o enquadre analítico.

Considerações Finais

Como resultado do nosso percurso, acreditamos ter demonstrado que as contribuições de Green não se restringem à discussão do trabalho com os ditos pacientes graves, casos-limite, casos difíceis ou estruturas não neuróticas. Para que possamos compreender o que causa impasses no trabalho com os pacientes aos quais Green se refere frequentemente, é imprescindível que, antes, conheçamos as pré-condições para o trabalho psicanalítico. Com base nos conceitos de matriz ativa e fração variável, verificamos que tais condições não são imutáveis, engessadas ou necessariamente dogmáticas, mas também constatamos que não são completamente aleatórias.

A nosso ver, enquanto analistas, nunca deixamos totalmente de nos reportar ao enquadre analítico clássico. A familiaridade com o enquadre clássico é justamente aquilo que nos permite transgredi-lo enquanto permanecemos psicanalistas. Criamos e jogamos com as derivações do enquadre que vão nos parecendo prementes. O modelo psicanalítico clássico teria uma função de terceiro, por assim dizer, um papel regulatório e de ponto de referência.

No nosso entendimento, os aportes ao estudo do enquadre analítico compõem o núcleo central da obra de Green, sendo um fio condutor que liga alguns de seus principais desenvolvimentos conceituais ao longo dos anos. Deparamo-nos com quase seis décadas de pesquisas referentes ao assunto. Assim, o conceito de enquadre analítico é muito mais amplo e abrangente quando deixamos de privilegiar apenas o intrapsíquico ou o intersubjetivo, a pulsão ou o objeto. Green teve o mérito de alçar essa concepção a um lugar de destaque, com conceitos como os de dupla transferência, processos terciários e estrutura enquadante.

A loucura privada, a posição fóbica central e a síndrome da desertificação psíquica, por exemplo, se inscrevem em determinado enquadre. Julgamos que, quando mantemos o enquadre analítico como referência principal para a discussão dos estados limites, compreendemos que esses casos seriam *limites* sobretudo pela relação que estabelecem com os enquadramentos intrapsíquicos, intersubjetivos e técnicos: a estrutura enquadante, os limites entre soma/pulsão/objeto, o duplo limite, os limites ou limitações do enquadre analítico clássico, as situações limites no enquadre, os casos no limite do analisável.

Seja na perspectiva da construção do enquadre analítico, de sua manutenção, suas adaptações, ou da necessidade de protegê-lo diante dos ataques que sofre, tratamos de um tópico relativo ao exercício de todos os psicanalistas, em qualquer uma das etapas de suas respectivas trajetórias. Também cremos que a análise do enquadre possa se apresentar como uma alternativa ou um complemento para reflexões acerca dos aspectos contratransferências do trabalho analítico, as quais, para Green (2012), não deveriam ser priorizadas em detrimento da escuta da transferência.

A extensa produção bibliográfica de Green dá vida às formulações mais complexas da metapsicologia, articulando-as diretamente à prática clínica. Teoria e técnica passam, assim, a ser indissociáveis, alimentando-se retroativamente, sem hierarquia.

Referências

- Bleger, J. (1966). *Simbiosis y ambigüedad: Estudio psicoanalítico*. Editorial Paidós. <http://www.fepal.org/images/2002REVISTA/bleger.pdf>
- Candi, T. (2010). *O duplo limite: O aparelho psíquico de André Green*. Editora Escuta.
- Canelas Neto, J. M. (2013). O legado de um psicanalista engajado. In J. M. Canelas Neto, O. Souza, & R. Mezan (Debatedores), *Vacância. Percurso*, 49/50(25), 162-164. https://revistapercurso.com.br/index.php?apg=artigo_view&ida=1020&ori=edicao&id_edicao=49
- Chervet, B., & Donnet, J.-L. (2014). *Pourquoi la règle? Méthode analytique et règle fondamentale*. Presses Universitaires de France.
- Chervet, E. (2017). Patient et interprète. Le domaine intermédiaire. *Bulletin de la Société Psychanalytique de Paris*, 81(5), 1301-1365. <https://www.cairn.info/revue-francaise-de-psychanalyse-2017-5-page-1301.htm>
- Coelho Júnior, N. (2015). As origens da terceiridade entre Green e Ogden. In T. Candi (Org.), *Diálogos psicanalíticos contemporâneos. O representável e o irrepresentável em André Green e Thomas H. Ogden* (pp. 235-272). Editora Escuta.
- Delourmel, C. (2005). Quelques figures de la tierceité dans l'œuvre d'André Green. In F. Richard, & F. Urribarri (Orgs.), *Autour de l'oeuvre d'André Green* (pp. 327-341). Presses Universitaires de France.
- Donnet, J.-L., & Green, A. (1973). *L'enfant de ça*. Éditions de Minuit.
- Figueiredo, L. C., & Coelho Júnior, N. E. (2018). *Adoecimentos psíquicos e estratégias de cura. Matrizes e modelos em psicanálise*. Blucher.
- Franco, W., & Kupermann, D. (2020). Um lugar para pensar: Uma hipótese sobre o enquadre interno do psicanalista. *Jornal de psicanálise*, 53(99), 57-72. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S0103-58352020000200005&script=sci_arttext
- Freud, S. (2014). *Compêndio de psicanálise e outros escritos inacabados* (pp. 11-195). Autêntica Editora. (Trabalho original publicado em 1940).
- Freud, S. (2017). *Fundamentos da clínica psicanalítica* (pp. 121-147). Autêntica Editora. (Trabalho original publicado em 1913).
- Green, A. (1983). *Narcissisme de vie, narcissisme de mort*. Les Éditions de Minuit.
- Green, A. (1990). *La folie privée*. Folio Essais.
- Green, A. (1993). *Le travail du négatif*. Éditions de Minuit.
- Green, A. (1994). *Un psychanalyste engagé. Conversations avec Manuel Macias*. Pluriel.
- Green, A. (1995). *Propédeutique. La Métapsychologie révisitée*. Champ Vallon.
- Green, A. (1998). Genèse et situation des états-limites. In J. André (Org.), *Les états limites* (pp. 23-68). Presses Universitaires de France.
- Green, A. (2002) *La pensée clinique*. Odile Jacob.
- Green, A. (2005). *Idées directrices pour une psychanalyse contemporaine*. Presses Universitaires de France.
- Green, A. (2006). *Associations (presque) libres d'un psychanalyste. Entretiens avec Maurice Corcos*. Éditions Albin Michel.

- Green, A. (2007). Préface. L'ancien et le nouveau. In R. Roussillon (Ed.), *Logiques et archéologiques du cadre psychanalytique* (pp. 7-12). Presses Universitaires de France.
- Green, A. (2010). *Illusions et désillusions du travail psychanalytique*. Odile Jacob.
- Green, A. (2012). *La clinique psychanalytique contemporaine*. Ithaque.
- Green, A. (2013). *Penser la psychanalyse avec Bion, Lacan, Winnicott, Laplanche, Aulagnier, Anzieu, Rosolato*. Ithaque.
- Green, A. (2017). *A loucura privada: Psicanálise de casos-limite*. Editora Escuta.
- Green, A. (2023). *Por que as pulsões de destruição ou de morte?* Blucher.
- Green, A. & Urribarri, F. (2019). *Do pensamento clínico ao paradigma contemporâneo: Diálogos*. Blucher.
- Kupermann, D. (2019). *Por que Ferenczi? Zagodoni*.
- Minerbo, M. (2016). *Diálogos sobre a clínica psicanalítica*. Blucher.
- Pirlot, G. (2015). *André Green. Dialogues et cadre psychanalytiques*. Presses Universitaires de France.
- Roussillon, R. (2009). *Clinique de la psychanalyse* (Cap. 1, pp. 19-35). Presses Universitaires de France.
- Urribarri, F., & Green, A. (2013). *Dialoguer avec André Green. La psychanalyse contemporaine, chemin faisant*. Les Editions Ithaque.
- Urribarri, F. (2017). *Après Lacan : Le retour à la clinique*. Ithaque.

Como Citar:

Marky-Sobral, P., & Kupermann, D. (2024). O enquadre analítico greeniano: Um campo de forças do intrapsíquico ao intersubjetivo. *Revista Subjetividades*, 24(1), e12651. <https://doi.org/10.5020/23590777.rs.v24i1.e12651>

Endereço para correspondência

Pedro Marky-Sobral
E-mail: pedro.marky.s@gmail.com

Daniel Kupermann
E-mail: danielkupermann@gmail.com



Recebido: 02/06/2021
Revisado: 20/04/2023
Aceito: 08/05/2023
Publicado: 19/04/2024